

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em conformidade com as normas legais e estatutárias, submetemos à apreciação de vossas senhorias as demonstrações financeiras da Allianz Seguros S.A., relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

ECONOMIA E MERCADO SEGURADOR

Em 2010 a inflação ao consumidor medida pelo IPCA alcançou 5,91% e se tornou o maior registro dos últimos seis anos. Em 2009 o índice atingiu 4,31%. Os grupos alimentação, despesas pessoais e vestuário contribuíram substancialmente para a elevação do IPCA. Para conter a alta inflacionária o Comitê de Política Monetária - COPOM aumentou ao longo de 2010 em dois pontos percentuais a taxa básica de juros, passando de 8,75% a.a., para 10,75% a.a.

O relatório Focus do Banco Central prevê para 2011 que o IPCA alcance 4,7%, mantendo a estimativa do PIB em 4,5%. A meta de inflação para 2011 continua a mesma de 2010, 4,5%, com tolerância de dois pontos percentuais, para cima ou para baixo.

Segundo dados divulgados pela SUSEP através do Sistema de Estatística - SES, em 2010 os prêmios diretos totalizaram R\$ 90,1 bilhões, representando crescimento de 17,6%, quando comparados ao mesmo período anterior. O índice de sinistralidade foi de 50,2%, indicando queda de dois pontos percentuais na comparação com o mesmo período anterior.

REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Em janeiro de 2010 o Grupo Allianz adquiriu a parcela de participação acionária detida pelo Itaú Unibanco na subsidiária brasileira e obteve sua aprovação pelas autoridades locais. Desta forma o Grupo Allianz passou a deter 100% das ações da Allianz Seguros no Brasil, fato este que reforça a relevância das operações de seguros no País.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DIVIDENDOS

Em 31 de dezembro de 2010 o patrimônio líquido da Allianz Seguros totalizou R\$ 633 milhões, passando as ações representativas do capital social a ter o valor patrimonial de R\$ 1.231,13 por lote de mil ações.

A política de reinvestimentos de lucros e de distribuição de dividendos leva em consideração os resultados auferidos pela Seguradora, obedecendo às regras previstas na atual legislação.

RESULTADOS E PERSPECTIVAS

Em 31 de dezembro de 2010 os prêmios emitidos líquidos totalizaram R\$ 2,1 bilhões, representando crescimento de 12,9% quando comparados ao mesmo período anterior. O índice de sinistralidade atingiu 56% sobre os prêmios ganhos, reduzido em quatro pontos percentuais na comparação com dezembro de 2009. O lucro líquido da Seguradora foi de R\$ 125 milhões, 56,5% superior ao lucro registrado em 2009. O retorno sobre o patrimônio líquido do início do período foi de 23,3%. As perspectivas e projeções para o exercício de 2011 foram traçadas pela Administração, áreas afins e filiais, adequando-se às políticas internas, tomando-se por base premissas que levam em consideração, dentre as diversas variáveis, o ambiente econômico interno, as estatísticas de mercado e as constantes melhorias na gestão dos serviços prestados pela Seguradora.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2011.
 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em R\$ mil)

	Nota	2010	2009
ATIVO			
CIRCULANTE		2.737.338	2.505.420
DISPONÍVEL		30.381	30.523
Caixa e bancos		30.381	30.523
APLICAÇÕES	Nota 4	1.303.942	1.118.778
Títulos de renda fixa		21.827	17.845
Quotas de fundos de investimentos		1.281.516	1.100.343
Outras aplicações		599	590
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS			
E RESSEGUROS		884.924	884.001
Prêmios a receber		536.735	430.671
Operações com seguradoras		9.956	17.528
Operações com resseguradoras	Nota 9	352.353	446.863
Outros créditos operacionais		3.187	3.398
Provisão para riscos de créditos		(17.307)	(14.459)
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		57.130	65.733
Outros créditos operacionais		9.365	16.374
Créditos tributários e previdenciários		47.117	48.362
Outros créditos		648	997
OUTROS VALORES E BENS			
Bens à venda		24.774	23.858
Outros valores		831	762
DESPESAS ANTECIPADAS		187	158
DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS	Nota 6	172.686	136.929
Seguros e resseguros		172.686	136.929
DESPESAS DE RESSEGURO E RETROCESSÕES DIFERIDAS	Nota 9	263.314	245.440
ATIVO NÃO CIRCULANTE		551.039	498.640
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
APLICAÇÕES	Nota 4	29.872	23.290
Títulos de renda fixa		29.269	22.578
Outras aplicações		603	712
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS			
E RESSEGUROS		162.239	148.956
Prêmios a receber		3.630	13.398
Operações com resseguradoras	Nota 9	158.606	135.555
Outros créditos operacionais		17	3
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		124.953	116.160
Títulos e créditos a receber		1.592	598
Créditos tributários e previdenciários	Nota 14a	52.509	47.176
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 10	70.852	68.386
OUTROS VALORES E BENS			
DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS	Nota 6	21.593	12.715
Seguros e resseguros		21.593	12.715
DESPESAS DE RESSEGURO E RETROCESSÕES DIFERIDAS	Nota 9	54.374	56.644
PERMANENTE		157.992	141.039
INVESTIMENTOS		131.506	115.258
Participações societárias - financeiras	Nota 7	125.743	108.893
Imóveis destinados à renda	Nota 8	10.836	11.822
Depreciação	Nota 8	(5.073)	(5.627)
IMOBILIZADO	Nota 8	25.322	23.710
Imóveis		29.407	29.407
Bens móveis		28.059	25.962
Outras imobilizações		781	739
Depreciação		(32.925)	(32.398)
INTANGÍVEIS	Nota 8	1.164	2.071
Outros intangíveis		1.164	2.071
TOTAL DO ATIVO		3.288.377	3.004.060

	Nota	2010	2009
PASSIVO			
CIRCULANTE		2.017.788	1.865.814
CONTAS A PAGAR		161.060	158.061
Obrigações a pagar		70.570	82.254
Impostos e encargos sociais a recolher		34.965	27.325
Encargos trabalhistas		7.932	8.104
Impostos e contribuições	Nota 14b	47.593	40.378
DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS			
E RESSEGUROS		361.825	361.309
Operações a restituir		38	100
Operações com seguradoras		11.132	15.223
Operações com resseguradoras	Nota 9	264.362	280.946
Corretores de seguros e resseguros		54.190	39.369
Receitas de comercialização diferidas	Nota 6	32.035	25.603
Outros débitos operacionais		68	68
DEPÓSITOS DE TERCEIROS		17.974	11.766
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS	Nota 9	1.476.929	1.334.678
RAMOS ELEMENTARES E VIDA EM GRUPO		1.474.379	1.333.131
Provisão de prêmios não ganhos	Nota 9	977.290	831.249
Provisão de insuficiência de prêmios	Nota 9	7.998	-
Sinistros a liquidar	Nota 9	363.925	375.742
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Nota 9	96.496	102.747
Outras provisões	Nota 9	28.670	23.393
VIDA INDIVIDUAL E VIDA COM COBERTURA DE SOBREVIVÊNCIA	Nota 9	2.550	1.547
Provisão matemática de benefícios a conceder		158	174
Provisão de riscos não expirados		1.274	1.144
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados		58	27
Provisão de benefícios a regularizar		827	65
Outras provisões		233	137
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		637.153	600.310
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		637.153	600.310
CONTAS A PAGAR		12.023	11.710
Obrigações a pagar		7.197	5.677
Tributos diferidos		84	74
Outras contas a pagar		4.742	5.959
DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS			
E RESSEGUROS		7.588	6.400
Corretores de seguros e resseguros		27	927
Receitas de comercialização diferidas	Nota 6	7.561	5.473
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS	Nota 9	506.438	478.114
RAMOS ELEMENTARES E VIDA EM GRUPO		505.785	477.635
Provisão de prêmios não ganhos	Nota 9	88.453	76.543
Sinistros a liquidar	Nota 9	417.332	401.092
VIDA COM COBERTURA DE SOBREVIVÊNCIA		653	479
Outras provisões		653	479
OUTROS DÉBITOS		111.104	104.086
Provisões judiciais	Nota 10	111.104	104.086
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 12	633.436	537.936
Capital social		297.066	297.066
Reservas de reavaliação		6.725	6.754
Reservas de lucros		329.571	234.063
Ajustes com títulos e valores mobiliários		74	53
TOTAL DO PASSIVO		3.288.377	3.004.060

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em R\$ mil)

	Capital social	Reservas de reavaliação	lucros	Ajuste TVM	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	297.066	6.770	204.050	-	-	507.886
RESERVAS DE REAVIAÇÃO						
Realização líquida de tributos	-	(16)	-	-	11	(5)
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS				53	-	53
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				-	80.002	80.002
DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO						
Reserva legal	-	-	4.000	-	(4.000)	-
Reserva de lucros	-	-	26.013	-	(26.013)	-
Dividendos	-	-	-	-	(50.000)	(50.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	297.066	6.754	234.063	53	-	537.936
RESERVAS DE REAVIAÇÃO						
Realização líquida de tributos	-	(29)	-	-	33	4
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS				21	-	21
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				-	125.213	125.213
PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO						
Reserva legal	-	-	6.261	-	(6.261)	-
Reserva de lucros	-	-	89.247	-	(89.247)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(29.738)	(29.738)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	297.066	6.725	329.571	74	-	633.436

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em R\$ mil)
1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Allianz Seguros S.A. é uma sociedade de capital fechado, controlada da Allianz do Brasil Ltda., com sede em São Paulo, situada na Rua Luiz Coelho 26, e pertencente ao Grupo Allianz, um dos maiores conglomerados seguradores e financeiros do mundo. Seu objetivo consiste na exploração das operações de seguros dos ramos elementares e vida e sua atuação se dá em todo o território nacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com a observância das práticas contábeis aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendadas pela SUSEP.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi elaborada pelo método direto e sem a apresentação da conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, conforme permitido pela Circular SUSEP nº 379/08.

A SUSEP, através da Circular nº 408/10, determinou que as Entidades por ela supervisionadas passarão a elaborar suas demonstrações financeiras a partir do exercício a partir de 31.12.2011, com base nas práticas prescritas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que tenham sido por ela referendadas. Os pronunciamentos emitidos pelo CPC visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras as normas internacionais de contabilidade prescritas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A adoção, pela primeira vez, de todos os pronunciamentos emitidos pelo CPC será efetuada de acordo com as normas e orientações contidas no Pronunciamento CPC 37, e implicará a representação das demonstrações financeiras correspondentes ao exercício de 2010. Não obstante, a Administração avaliou os pronunciamentos emitidos pelo CPC e ainda não referendados pela SUSEP, incluindo suas orientações e interpretações, e entende que, de sua adoção em 2010 não resultarão efeitos significativos nos resultados ou no patrimônio líquido, mas irão requerer uma ampliação no volume de informações a serem divulgadas.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2011.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado - O regime de apuração de resultado é o de competência. Os prêmios de seguros, os prêmios de coseguros e resseguros cedidos e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice ou futura e reconhecidos no resultado segundo o transcorrer da vigência do período de cobertura do risco, através da constituição das provisões de prêmios não ganhos e do diferimento das despesas e receitas de comercialização. As operações de coseguros aceitos e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e de resseguradoras, respectivamente.

Os prêmios de seguros e as correspondentes despesas de comercialização cujo período de cobertura do risco já foi iniciado, mas cujas apólices ainda não foram emitidas (riscos vigentes e não emitidos - RVNE), são reconhecidos com base em estimativas baseadas em cálculos atuariais que levam em conta a experiência histórica da Seguradora.

b) Ativos financeiros (aplicações) - Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: valor justo por meio do resultado; mantidos até o vencimento; disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis.

Valor justo por meio de resultado - Uma aplicação é classificada pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e vendas baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos.

Mantidos até o vencimento - Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Disponíveis para venda - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido.

Empréstimos e recebíveis - São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são reconhecidos ao valor justo, somados os custos de transação diretamente atribuíveis, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, e compreendem substancialmente os "Prêmios a receber".

Impairment de ativos financeiros - A Seguradora avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda de valor para um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda de valor recuperável é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Valor justo - As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades. Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimento exclusivos são classificados nas categorias "para encaminhar/valor justo por meio do resultado" ou "mantidos até o vencimento" segundo instruções encaminhadas pelo cotista exclusivo para o administrador do fundo, no termo da regulamentação vigente.

O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: (I) Títulos públicos - apurado com base nos preços de mercado secundários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais - (ANBIMA); (II) Os certificados de depósitos bancários são registrados ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos, que se aproximam de seu valor de mercado e (III) As quotas de fundos de investimentos abertos foram valorizadas com base no valor da quota divulgada pelo Administrador do fundo na data do balanço.

c) Passivos financeiros - Os passivos financeiros são caracterizados como uma obrigação contratual de pagamento de determinada importância em moeda ou em instrumentos financeiros - empréstimos e operações passivas de renda fixa, por exemplo; e troca de resultados financeiros ou instrumentos financeiros com outra entidade - operações passivas de "swaps", por exemplo, passivos financeiros são mensurados pelo valor justo.

d) Caixa e equivalentes a caixa - Caixa e equivalentes a caixa incluem numerário em caixa e investimentos financeiros com vencimentos originais de três meses ou menos a partir da data da transação.

e) Créditos das operações com seguros - Os prêmios a receber e as respectivas despesas de comercialização são registrados deduzidos dos juros a apropriar, que são reconhecidos em resultado de acordo com o prazo de parcelamento dos prêmios. A provisão para riscos de crédito sobre prêmios a receber é constituída com base em estudo técnico que leva em consideração a perda histórica nos prêmios a receber. A provisão para riscos de créditos com resseguradoras é constituída com base na capacidade de recuperação dos sinistros indenizados. Os montantes das provisões constituídas são julgados suficientes pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização destes créditos.

f) Outros valores e bens - Os registros de salvados são realizados no mesmo momento do aviso de sinistro e ajustados ao seu valor provável de realização.

g) Permanente - O investimento em controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial. O ativo imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável. O software adquirido como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, compreendido substancialmente por móveis, utensílios, máquinas, equipamentos e veículos. Os ganhos e perdas decorrentes da alienação de um ativo imobilizado são apurados através da comparação entre os recursos financeiros obtidos com a venda e o valor contábil líquido do ativo imobilizado, reconhecidos no resultado do exercício. O valor residual dos ativos e a vida útil dos ativos são revisados, e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil. As informações estão apresentadas na nota 8a.

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos e o seu custo for mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

As vidas úteis estimadas são as seguintes: Imóveis de uso e destinados à renda 40 anos; Móveis, utensílios, máquinas e equipamentos 10 anos e Equipamentos de informática e veículos 5 anos.

O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais dos bens do imobilizado são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Uma perda no valor residual é reconhecida sempre que o valor justo do ativo for menor que o valor contábil.

h) Ativos intangíveis - Os softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e perdas acumuladas por *impairment*, quando aplicável. Gastos com desenvolvimento interno de software são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos softwares de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os

4. ATIVOS FINANCEIROS (APLICAÇÕES)

A classificação e composição dos títulos e valores mobiliários, incluindo aqueles detidos por fundos exclusivos, em 31 de dezembro, estão detalhadas no quadro apresentado a seguir:

	Vencimento			2010			2009		
	Em até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Indeterminado	Valor Contábil/ Justo	Custo Atualizado	Valor Contábil/ Justo	Custo Atualizado	
Títulos									
Disponíveis para venda	18.006	29.269	-	-	47.275	47.152	34.748	34.660	
Títulos de renda fixa - NTN-B	6.207	-	-	-	6.207	6.207	3.515	3.515	
Títulos de renda fixa - NTN-B	11.799	23.040	-	-	34.839	34.716	25.558	25.470	
Títulos de renda fixa - LFT	-	6.229	-	-	6.229	6.229	5.675	5.675	
Valor justo por meio de resultado	3.821	-	-	-	3.821	3.821	5.675	5.675	
Títulos de renda fixa - CDB	3.821	-	-	-	3.821	3.821	5.675	5.675	
Quotas de fundos de investimentos:									
a) Fundos Exclusivos	172.018	1.002.812	3.095	-	1.177.925	1.178.579	1.043.684	1.044.513	
LFT	106.132	889.110	-	-	995.242	995.758	654.644	654.666	
LTN	35.585	35.586	-	-	71.441	71.571	289.290	290.240	
NTN-B	1.503	73.836	-	-	75.339	75.443	37.087	36.932	
NTN-F	-	539	-	-	539	538	10.831	10.957	
CDB	24.185	-	-	-	24.185	24.171	37.781	37.763	
Outros	4.613	3.471	3.095	-	11.179	11.098	14.051	13.955	
b) Fundos abertos	-	-	-	103.591	103.591	103.591	56.659	56.659	
Outras aplicações	-	-	-	1.202	1.202	1.202	1.302	1.302	
Total	193.845	1.032.081	3.095	104.793	1.333.814	1.334.345	1.142.068	1.142.809	

Os saldos registrados no curto e longo prazo apresentados em "Outras aplicações" contemplam R\$ 599 (R\$ 590 em 2009) de depósitos no IRB e R\$ 603 (R\$ 712 em 2009) de aplicações por incentivos.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

a) Instrumentos financeiros derivativos - A política de utilização de instrumentos derivativos, mantidos através dos fundos de investimentos exclusivos, visa à proteção dos ativos da Seguradora em relação aos riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e ao movimento dos limites estabelecidos na regulamentação vigente. As operações visam à compensação de eventuais perdas que podem ser geradas por títulos públicos com juros prefixados em cenário de alta de juros. A política de atuação, controle, estabelecimento de estratégias de operações, bem como o limite dessas posições, são estabelecidos pela Administração em conjunto com os administradores dos fundos, e seguem normas estabelecidas pela SUSEP e estão documentadas nos regulamentos dos fundos.

A atuação dos fundos de investimentos restringe-se às operações de DI futuro, somente na posição vendida. O registro dessas operações é feito em contas patrimoniais e de compensação do fundo pelo valor do contrato ou valor referencial e estão registradas na Bolsa de Mercadorias e de Futuros (BM&F). O quadro a seguir demonstra os valores referenciais atualizados ao preço de mercado e os respectivos ajustes em 31 de dezembro:

Posição vendida	2010		2009	
	Valores referenciais	Ajuste a receber	Valores referenciais	Ajuste a receber
DI	63.921	27	82.469	36

As operações têm vencimento em até 2 anos.

b) Gerenciamento de riscos - Os principais fatores de riscos associados aos instrumentos financeiros da Seguradora estão assim descritos:

Riscos de crédito - Provêm perdas decorrentes da inadimplência dos clientes quando da contratação de seguros. A redução desses riscos é efetuada através de diversas ferramentas que levam em consideração o monitoramento dos créditos a receber e a aceitação do risco contratado com o segurado. Para os riscos de créditos relacionados às aplicações financeiras a atuação é concentrada em títulos públicos federais ou fundos de investimentos financeiros que centralizam seus recursos exclusivamente em títulos de emissão do Tesouro Nacional e ou do Banco Central do Brasil, incorrendo praticamente em riscos de crédito soberano. As aplicações em títulos privados são direcionadas a empresas cujas ratings atribuídas por agências classificadoras revelam baixo risco de crédito e consideram uma política de diversificação em relação aos emissores.

Riscos de liquidez - O risco de liquidez compreende o descasamento de fluxos financeiros ativos e passivos bem como a capacidade financeira da Seguradora em adquirir ativos para a garantia de suas obrigações. O gerenciamento desse risco é realizado através de análise do fluxo de caixa do passivo operacional.

Dessa forma, procura-se otimizar a carteira de investimentos e seus respectivos prazos a fim de minimizar os riscos decorrentes dos descasamentos entre ativos e passivos.

Riscos de taxa de câmbio - Compreende o risco de descasamento de saldos ativos e passivos gerando exposição a flutuações adversas da taxa de câmbio em dólar. O controle desse risco é exercido mediante monitoramento das posições ativas e passivas em moedas estrangeiras, com o propósito de identificar o grau de exposição e descasamento. Em 31 de dezembro de 2010 a Seguradora possui uma exposição líquida ativa em moedas estrangeiras na ordem de R\$ 23.868 (R\$ 40.508 em 2009). Os riscos provenientes da carteira de aplicações financeiras são determinados e aprovados pelo Comitê Financeiro e monitorados diariamente, de forma preventiva, pela área de investimentos.

6. RECEITAS E DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS

As comissões pagas e recebidas em operações de seguros e resseguros, respectivamente, registradas no curto e longo prazo, estão assim compostas em 31 de dezembro:

	2010					Total
	Auto-móveis	Patrimonial	Rural	Pessoas	Transporte Demais	
Ramos agrupados						
Despesas de comercialização diferidas	102.345	43.654	12.675	19.731	513	194.279
Recursos de comercialização diferidas - resseguro (1)	(394)	(20.975)	(3.163)	-	(1.377)	(39.596)
Total						
Ramos agrupados						
Despesas de comercialização diferidas	81.287	38.730	8.675	9.495	417	149.644
Recursos de comercialização diferidas - resseguro (1)	(768)	(17.699)	(2.254)	-	-	(10.355)
(1) A comissão de resseguro está classificada na rubrica de "Recursos de comercialização diferidas" no passivo de curto e longo prazo.						

9. PROVISÕES TÉCNICAS E OPERAÇÕES COM RESSEGUROS

a) A composição das provisões técnicas registradas no passivo e as operações com resseguros registradas no ativo estão assim demonstradas em 31 de dezembro:

Descrição	2010						Outras Operações	Total
	Auto	Patrimonial	Transporte	Rural	Pessoas	Demais		
OPERAÇÕES COM RESSEGUROS	4.278	234.591	8.907	3.214	10.859	124.966	124.144	510.959
Provisão de sinistros a liquidar	3.851	218.822	5.958	3.182	8.147	119.951	-	359.911
Provisão de IBNR	427	15.769	2.949	32	2.712	5.015	-	26.904
Adiantamento de sinistro	-	-	-	-	-	-	8.446	8.446
Recuperação de sinistro	-	-	-	-	-	-	92.629	92.629
Recuperação de comissão	-	-	-	-	-	-	10.977	10.977
Outros créditos	-	-	-	-	-	-	12.092	12.092
DESPESAS DE RESSEGURO E RETROCESSÕES DIFERIDAS	1.878	186.010	8.641	15.514	2.284	103.361	-	317.688
Provisão de prêmios não ganhos	1.378	177.899	8.093	14.750	6	98.959	-	301.079
Provisão complementar de prêmios	500	8.111	548	764	6	4.402	-	14.331
Provisão de insuficiência de prêmios	-	-	-	-	-	-	2.000	2.000
Provisão de riscos não expirados	-	-	-	-	-	-	278	278
PROVISÃO DE PRÊMIOS NÃO GANHOS E INSUFICIÊNCIA DE PRÊMIOS	544.695	290.771	9.783	48.634	41.372	138.486	-	1.073.741
(Provisão complementar de prêmios)	9.067	11.380	656	1.162	394	6.011	-	28.670
PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR	211.881	291.665	46.971	9.193	47.938	173.609	-	781.257
PROVISÃO DE IBNR	21.849	19.704	13.449	111	16.000	25.383	-	96.499
VIDA INDIVIDUAL E VIDA COM COBERTURA DE SOBREVIVÊNCIA	-	-	-	-	3.203	-	-	3.203

Descrição	2009						Outras Operações	Total
	Auto	Patrimonial	Transporte	Rural	Pessoas	Demais		
OPERAÇÕES COM RESSEGUROS	8.115	210.710	3.577	2.428	10.558	177.232	169.798	582.418
Provisão de sinistros a liquidar	4.051	199.208	1.481	2.272	9.697	158.356	-	375.065
Provisão de IBNR	4.064	11.502	2.096	156	861	18.876	-	37.555
Adiantamento de sinistro	-	-	-	-	-	-	69.911	69.911
Recuperação de sinistro	-	-	-	-	-	-	73.836	73.836
Recuperação de comissão	-	-	-	-	-	-	14.197	14.197
Outros créditos	-	-	-	-	-	-	11.854	11.854
DESPESAS DE RESSEGURO E RETROCESSÕES DIFERIDAS	2.623	194.091	387	9.812	2.284	94.742	249	301.904
Provisão de prêmios não ganhos	2.335	187.307	203	9.606	6	90.894	-	290.506
Provisão complementar de prêmios	288	6.784	23	206	-	3.848	-	11.149
Provisão de riscos não expirados	-	-	-	-	-	-	249	249
PROVISÃO DE PRÊMIOS NÃO GANHOS	446.786	280.875	3.763	33.621	16.256	126.491	-	907.792
OUTRAS PROVISÕES	6.970	10.313	246	312	276	5.276	-	23.393
(Provisão complementar de prêmios)	200.116	269.631	40.039	7.571	52.677	206.800	-	776.834
PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR	25.824	17.215	12.740	340	10.487	36.141	-	102.747
VIDA INDIVIDUAL E VIDA COM COBERTURA DE SOBREVIVÊNCIA	-	-	-	-	2.026	-	-	2.026

A rubrica "Operações com resseguros" no passivo contempla os valores com as transações dos prêmios de resseguro a liquidar.

b) Cobertura das provisões técnicas - Foram vinculados a SUSEP, de acordo com as normas vigentes, os seguintes ativos em 31 de dezembro:

Provisões técnicas para garantia	2010		2009	
	2010	2009	2010	2009
Provisões técnicas	1.983.367	1.812.792	-	-
Deduções:				
Resseguros	(704.503)	(714.524)	-	-
Direitos creditórios	(239.097)	(170.837)	-	-
Depósito no IRB - FGGO	(603)	(570)	-	-
Total	1.039.164	926.861		

Total de ativos vinculados

	2010	2009
Quotas de fundos de investimentos	1.100.078	965.287
Títulos de renda fixa - públicos	41.068	31.032
Total	1.141.146	996.319

Os direitos creditórios foram calculados em conformidade com a Resolução CNSP nº 98, de 30 de setembro de 2002.

10. DEPÓSITOS E PROVISÕES JUDICIAIS

	Depósitos judiciais e fiscais			Provisões judiciais		
	Saldos em 31.12.09	Adições	Saldos em 31.12.10	Saldos em 31.12.09	Adições	Saldos em 31.12.10
INSS	23.102	2.667	30.769	30.715	2.761	116
PIS	18.952	-	18.952	21.630	-	242
Sinistros	18.632	6.471	17.646	-	-	-
Contribuição social	-	-	-	24.935	298	1.129
CPMF/IOF	-	-	-	2.850	-	137
Imposto de renda	2.949	-	2.949	-	(15)	-
Trabalhista	1.474	1.820	1.865	4.096	1.156	31
Cíveis	2.202	2.908	18.537	3.042	(3.333)	2.882
Outros	1.075	-	1.075	1.323	-	57
Total	68.386	13.866	70.852	104.086	7.257	4.594

A Seguradora contesta, na esfera judicial, a constitucionalidade de certos impostos e contribuições, e responde a processos judiciais oriundos de sinistros e ações de natureza civil e trabalhista. As principais ações em curso, cujos montantes envolvidos são provisionados de acordo com os valores prováveis de desembolso, estão descritas abaixo:

INSS

a) Contribuição social e adicional sobre repasses de comissões pagas a corretores e honorários

Por meio dessa ação judicial é questionada a obrigação tributária instituída pela Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999 que determina o recolhimento de contribuição social e seu adicional sobre os repasses de comissões pagas a corretores de seguros e honorários médicos decorrentes de indenizações de vida de segurados comercializados pela Seguradora. Entendemos ser indevida essa cobrança, uma vez que a Seguradora é mera intermediária dos serviços prestados por terceiros aos seus segurados. A ação foi julgada improcedente, tendo sido interposto recurso em março de 2007. O processo aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal da 3ª Região e a probabilidade de perda é avaliada como provável. A Seguradora vem efetuando depósitos judiciais dos valores não recolhidos.

b) Fiscalização

Trata-se de processo administrativo em que a Seguradora discute imposto débito tributário decorrente da ausência de recolhimento das contribuições devidas à Seguridade Social referentes ao período de janeiro de 1999 a abril de 2006.

Em 26 de novembro de 2009 a Seguradora aderiu ao parcelamento do débito objeto do processo administrativo citado acima conforme permitido pela Lei nº 11.941/09. A Seguradora aguarda consolidação do parcelamento por parte da Receita Federal do Brasil.

PIS

a) Lei nº 9.718/98 - período de fev/99 a abr/08

A Seguradora propôs ação judicial para questionar as alterações introduzidas na base de cálculo pela Lei nº 9.718/98. Durante o curso da ação judicial, os valores foram recolhidos pela aplicação da alíquota de 5% sobre o IRPJ (Pis-Repique), tendo sido constituída provisão para contingências judiciais com base na diferença entre o valor calculado sobre o total das receitas e os valores recolhidos. Em novembro de 2007 a Seguradora obteve sentença definitiva, parcialmente favorável.

A Seguradora também requereu, em abril de 2008, a conversão em renda em favor da União e o levantamento do saldo remanescente em seu favor. Esse pedido encontra-se pendente de apreciação pelo juízo.

b) PIS (Emenda Constitucional nº 17/97 e Medida Provisória nº 1.537-45/97) - período de jun/97 a jan/99

Trata-se de mandado de segurança objetivando a concessão de medida liminar que assegure à Seguradora o direito de apurar e recolher o PIS sobre a receita bruta operacional, com definida na legislação do Imposto sobre Renda em vigor à época, desconSIDERANDO a Medida Provisória nº 1.537-45/97. A ação foi julgada parcialmente procedente, tendo a Seguradora depositado judicialmente as

quantias discutidas e interposto recurso, o qual encontra-se pendente de julgamento perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região. A probabilidade de perda é avaliada como provável.

Contribuição social

a) Recolhimento pela alíquota de 10% - Lei nº 7.689, 15 de dezembro de 1988

Nesse processo se requer a concessão de medida liminar para determinação da suspensão da exigibilidade do crédito tributário relativo à Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994. A alíquota da CSLL, para as instituições financeiras e seguradoras, passou para 30%, nos exercícios de 1994 e 1995, e 10% para os demais contribuintes. A Seguradora obteve decisão desfavorável em primeiro grau, tendo sido mantida em segundo grau. Em 31 de dezembro de 2010 o montante contabilizado era de R\$ 9.027 (R\$ 8.275 em 2009). Em 26 de novembro de 2009, a Seguradora aderiu ao parcelamento do débito objeto desse processo administrativo em razão da Lei nº 11.941/09, razão pela qual desistiu do Recurso Extraordinário e do correspondente Mandado de Segurança em fev/2010, bem como a quaisquer alegações de direito sobre as quais se funda a ação. Em Jan/2011 o processo foi arquivado. A Companhia aguarda consolidação do parcelamento por parte da Receita Federal do Brasil.

b) Não adição de impostos questionados judicialmente e não pagos

Trata-se de contingência decorrente da não adição de INSS na base de cálculo da CSLL, no período de 2004 a 2006. A probabilidade de perda é avaliada como provável


ALLIANZ SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.573.796/0001-66

www.allianz.com.br

b) A provisão para impostos e contribuições, apresentada no passivo circulante, está demonstrada a seguir:

	2010	2009
Provisão para impostos e contribuições		
Imposto de renda.....	45.881	25.573
Contribuição social.....	27.716	15.760
COFINS.....	2.420	2.377
IRPJ - PAES (nota 11).....	-	168
PIS.....	393	387
PIS - contingência fiscal (nota 10).....	33.724	33.724
Antecipações		
Imposto de renda.....	(39.073)	(23.356)
Contribuição social.....	(23.468)	(14.255)
Total	47.593	40.378

c) Demonstração do cálculo do imposto de renda e contribuição social juntamente com a sua composição das contas de resultados:

	2010	2009
Resultado antes dos impostos e após as participações.....	193.955	120.492
Encargos às alíquotas vigentes:		
IRPJ - 25%.....	(48.489)	(30.123)
CSLL - 15%.....	(29.093)	(18.074)
Efeito das (adições)/exclusões:		
Provisões para contingências.....	(746)	(475)
Provisões para perdas.....	(1.549)	(891)
Provisões trabalhistas.....	(221)	523
Ajustes de equivalência patrimonial.....	8.840	5.840
Outros ajustes permanentes.....	(2.860)	1.631
Incentivos fiscais e PAT.....	521	236
Total dos impostos correntes	(73.597)	(41.333)
Créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	5.333	843
Ajustes de créditos tributários.....	(478)	-
Total dos impostos	(68.742)	(40.490)

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) **Seguros** - Em 31 de dezembro de 2010, a cobertura de seguros para danos materiais era de R\$ 129.660 e responsabilidade civil geral de R\$ 8.100, respectivamente para o Grupo e para a Seguradora.

A Seguradora também mantém apólice de seguro para sua frota de automóveis no montante de R\$ 5.115. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

b) **Participação nos lucros** - A Seguradora possui programa de participação dos empregados nos lucros, conforme disposto na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, devidamente acordado com os funcionários, sendo o valor correspondente registrado em "Obrigações a pagar".

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da Allianz Seguros S.A. é um órgão estatutário, subordinado ao Conselho de Administração, constituído conforme determinações contidas na Resolução CNSP 118/2004.

No cumprimento de suas atribuições, durante o exercício de 2010, o Comitê participou de reuniões com as áreas de produtos, comercial, de contabilidade, de tecnologia da informação, de controles internos e compliance, de gerenciamento de riscos, de atuária e com os auditores internos e externos, conferindo, por meio de diferentes fontes e análise de relatórios, as informações sobre os assuntos considerados relevantes.

Com base nas informações recebidas e nas observações efetuadas, o Comitê entende que o sistema de controles internos da Allianz Seguros é adequado ao porte e complexidade de seus negócios e avalia como efetiva a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela auditoria interna e pela KPMG Auditores Independentes.

Os trabalhos realizados pela auditoria interna e auditoria externa não apontaram falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que pudessem influir ou comprometer as informações constantes das demonstrações financeiras.

O Comitê analisou procedimentos relacionados com o processo de preparação das demonstrações

financeiras e notas explicativas, bem como das práticas contábeis relevantes utilizadas na elaboração das mesmas, verificando que estão alinhadas às práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Com base nas revisões e discussões acima referidas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração da Allianz Seguros S.A. a aprovação das demonstrações financeiras auditadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2011.

COMITÊ DE AUDITORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
A DIRETORIA

 ROBSON PETERSEN DO AMARAL
 Atuário MIBA nº 1896

 SALVADOR APARECIDO GRACIANO
 Contador CRC 1SP110631/O-0

PARECER ATUARIAL

 Aos
 Administradores e Acionistas da
 Allianz Seguros S.A.

Examinamos as provisões técnicas da Seguradora, referentes a 31 de dezembro de 2010.

Nosso exame foi efetuado de acordo com os princípios e padrões atuariais aceitos e com o estabelecido

pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em particular na Circular Susep nº 272, de 22 de outubro de 2004. Teve como objetivo a avaliação atuarial e análise da adequação das provisões técnicas constituídas.

A avaliação atuarial pautou-se por testes de consistência e de hipóteses, evidências, registros contábeis e registros magnéticos.

Em nossa opinião, as provisões técnicas constituídas são adequadas para o atendimento das obrigações, comprometidas e futuras, dos riscos assumidos pela Seguradora.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2011.

 Robson Petersen do Amaral
 Atuário - MIBA nº 1896

 Arlindo da Conceição Simões Filho
 Diretor

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

 Ao
 Conselho de Administração e aos Acionistas da
 Allianz Seguros S.A.
 São Paulo - SP

1. Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Allianz Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

2. A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas

contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Allianz Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2011.

 Auditores Independentes
 CRC 2SP014428/O-6

 Luciene Teixeira Fernandes
 Contadora CRC 1RJ079849/O-3-S-SP